

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.226 - SP (2018/0282535-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : CIRELLI TERRAPLENAGEM E LOCACAO LTDA
ADVOGADO : IAN GIMENES ROCHA - SP297242
AGRAVADO : FILIPINAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A
ADVOGADOS : RENATA NOWILL MARIANO E OUTRO(S) - SP265475
DAVI GONÇALVES - SP340257
INTERES. : MARIO SILVIO CIRELLI TERRAPLANAGEM E LOCACOES

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

RECURSO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NOTÍCIA DA OCORRÊNCIA DE JULGAMENTO DE OUTRO RECURSO POR ESTA TURMA JULGADORA. FATO SUPERVENIENTE QUE TORNOU SUPERADA A ANÁLISE DA MATÉRIA SUSCITADA. AGRAVO PREJUDICADO. Esta Turma Julgadora, ao dar parcial provimento a agravo de instrumento interposto pela parte interessada, reconheceu que a averbação em matrícula imobiliária da pendência do processo encontra sustentação no artigo 54, III, da Lei 13.097/2015, e por isso se justifica.

Os embargos de declaração foram rejeitadas (e-STJ, fls. 435-438).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 17, 133, 134, § 4º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015 e 50 do Código Civil.

Sustenta haver interesse e legitimidade "para discutir a anotação da existência da demanda originária em matrícula de imóvel de bens dos seus sócios, posto que tal ato é típico da desconsideração da personalidade jurídica" (e-STJ, fl. 447)

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 480-486).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

No tocante à ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, verifico que essas não merecem prosperar, pois trata-se de argumentação genérica e que não

menção a qual questão imprescindível ao deslinde da controvérsia teria sido omitida no julgamento da causa, de modo que se tem por inafastável a incidência do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ARGUMENTAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. NEGATIVA DE PROCEDIMENTO DE DOENÇA PREVISTA CONTRATUALMENTE. CLÁUSULA ABUSIVA. SÚMULA 83/STJ. DANO MORAL. RECUSA INJUSTIFICADA. CARACTERIZAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A alegação genérica de violação a dispositivo de lei, no âmbito especial, configura deficiência de fundamentação recursal. Incidência da Súmula 284/STF.

2. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que, havendo cobertura para a doença, consequentemente deverá haver cobertura para procedimento ou medicamento necessário para assegurar o tratamento de doenças previstas no referido plano. Precedentes.

3. Nas hipóteses em que há recusa injustificada de cobertura por parte da operadora do plano de saúde para tratamento do segurado, como ocorrido no presente caso, em que a autora, portadora de câncer de mama, teve negado atendimento em situação de urgência e emergência, é assente a caracterização de dano moral, não se tratando apenas de mero aborrecimento.

4. Não se mostra exorbitante a condenação da recorrente no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de reparação moral em virtude dos danos sofridos pela agravada em decorrência de recusa à realização de procedimento médico necessário.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1001663/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16.2.2017, DJe 7.3.2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NO JULGADO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. ASTREINTES. COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de

Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

2. A decisão que arbitra astreintes não faz coisa julgada material, visto que é apenas um meio de coerção indireta ao cumprimento do julgado, podendo ser modificada a requerimento da parte ou de ofício, para aumentar ou diminuir o valor da multa, ou, ainda, para suprimi-la.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1457982/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 6/9/2017)

No mais, verifica-se que as matérias descritas nos arts. 17, 133, 134, § 4º, do Código de Processo Civil/2015 e 50 do Código Civil não foram objeto de exame pela instância ordinária, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, o que impossibilita o julgamento do recurso nesse aspecto por ausência do necessário prequestionamento, nos termos da Súmula nº 211, do STJ.

Deveria a parte nas razões do seu especial, além de alegar ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, apontar, clara e especificamente, a incorreção no julgado a fim de viabilizar a apreciação, pelo Superior Tribunal de Justiça, de suposto vício de omissão, contradição ou obscuridade em que tenha incidido o acórdão embargado local, o que não ocorreu.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. EDITAL, A LEI INTERNA DO CONCURSO PÚBLICO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

I - De acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n. 2 e 3, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, ou, se publicada após 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

II - Em relação à alegada violação ao art. 535, II, do CPC/73, verifica-se que o recorrente limitou-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca das questões apresentadas nos embargos de declaração, o fazendo de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula. Nesse panorama, a apresentação genérica de ofensa ao art. 535, II, do CPC/73 atrai o comando do Enunciado Sumular n. 284/STF, inviabilizando o conhecimento dessa parcela recursal.

III - O acórdão recorrido não destoa da orientação desta Corte, no sentido ser o edital a lei interna do concurso público, vinculando não apenas os candidatos, mas também a própria Administração, com regras dirigidas à observância do princípio da igualdade. (AgInt no RMS 50.936/BA, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 25.10.2016). Nesse sentido também: RMS 52.533/MG, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 14/11/2017, DJe 20/11/2017; MS 14.686/DF, Rel. Ministro Jorge Mussi, Terceira Seção, julgado em 13/9/2017, DJe 20/9/2017.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1196863/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 4.12.2018, DJe 10.12.2018)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora